

## A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DA LÍNGUA PORTUGUESA NA MÍDIA: UM OLHAR DISCURSIVO

Aginaldo Almeida de Jesus/Universidade Federal de Sergipe

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo examinar a construção de imagens da língua portuguesa na mídia, especificamente em matérias referentes ao livro didático *Por uma vida melhor*, o qual provocou diversas discussões. Para tanto, verificamos qual o recorte e as citações que a mídia faz do livro, gerando sentidos diferentes do texto original. A base teórica que norteia tal investigação está circunscrita à Análise do Discurso (linha francesa), seguindo os pressupostos teóricos de Maingueneau (2008a, 2008b) e Amossy (2008), no que diz respeito às noções de: *ethos* discursivo, destacabilidade e sobreasseveração. Além disso, verificamos a vontade de verdade (FOUCAULT, 2009) evocada pela mídia para corroborar uma imagem íntegra e confiável. Logo, verificamos que os recortes feitos pela mídia corroboram o tradicionalismo visto em sala de aula, pois se constitui de forma normativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ethos* discursivo. Língua Portuguesa. Mídia.

**ABSTRACT:** This paper aim is to examine the images' construction in the Portuguese language media, specifically in subjects related to the *Por uma vida melhor* textbook, which caused several discussions. Therefore, we find which part and quotes that the media does from the book, producing different meanings of the original text. The theoretical basis guiding such research is confined to Discourse Analysis (French approach), following the theoretical assumptions of Maingueneau (2008a, 2008b) and Amossy (2008), as regard to the conceptions of: discursive *ethos*, detachability and sobreasseveration. Furthermore, we find the desire of truth (FOUCAULT, 2009) mentioned by media to confirm a full and reliable picture. So we see that the cutouts made by the media corroborate the traditionalism perceived in the classroom, because it constitutes a normative manner.

**KEYWORDS:** Discursive *Ethos*. Portuguese. Media.

### INTRODUÇÃO

Em meados do ano de 2011, no Brasil, a mídia trouxe à baila uma discussão concernente ao ensino de Língua Portuguesa, tendo como foco o livro didático *Por uma vida melhor* (RAMOS *et al.*, 2011), adotado pelo MEC. Tal debate ocorreu pelo fato do manual abordar a questão das variantes populares de forma explícita em suas páginas. Em seu primeiro capítulo, “Escrever é diferente de falar”, o livro integrante da “Coleção Viver e Aprender”, destinado à Educação de Jovens e Adultos – EJA, mostra que existem diferenças entre a língua falada e a língua escrita, pois enquanto esta exige um rigor mais formal e convenções; aquela se dá em situações

espontâneas, de forma mais livre e menos planejada. Porém, o que era para ser um debate sobre os usos formais e informais da língua portuguesa, no sentido de abrir horizontes para o seu ensino nas escolas de nível fundamental e médio, tornou-se uma ofensiva contra os estudos linguísticos. Os jornalistas, em sua maioria, defenderam uma concepção de língua homogênea pautada no paradigma “certo” versus “errado”.

Nessa perspectiva, por conta da diversidade de suportes midiáticos (TV, internet, jornais etc.), nosso *corpus* centra-se no discurso veiculado pela mídia digital, especificamente em duas matérias veiculadas pelos sites: *Portal IG* e *G1*. E, para efetivarmos essa análise, utilizamos as teorias da Análise do Discurso (doravante AD), uma vez que levamos em consideração o sujeito e os sentidos apreendidos como uma construção social situada na história e em determinadas ideologias. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a mídia assume um papel importante na constituição de sentidos e dos próprios sujeitos, pois ela transmite informações e reforça valores apregoados por ideologias dominantes, colaborando para a visão que temos sobre a nossa língua materna, por exemplo.

É nesse contexto de valorização de uma determinada norma que trazemos à tona os postulados de Bourdieu (1996), para quem a detenção do poder da língua oficial está diretamente ligada aos dominantes, aqueles que ditam como deve ser estabelecido o uso padrão dessa língua. Tanto as instituições de ensino como a mídia impõem as normas consideradas legítimas ou legitimadas pela sociedade. Para não serem excluídos do sistema social, os participantes que compõem o grupo dominado são obrigados a internalizar o conjunto de regras proposto pela classe dominante.

Além dessas reflexões teóricas, empregamos os postulados de Maingueneau (2008a, 2008b), no que se refere à destacabilidade e sobreasseveração de enunciados<sup>i</sup> pela mídia; como também no que diz respeito ao *ethos* discursivo. Retomamos ainda os estudos Foucault (2009) ao observarmos o controle da produção de discurso em nossa sociedade. À luz desse controle, observamos o papel que a mídia possui enquanto propagadora de ideologias e de discursos em circulação, uma vez que ela se constitui em um espaço em que se estabelece as regras do “bem viver” e do “bem falar”. Assim, é de fundamental importância verificar as reflexões de Charaudeau (2007) ao tratar da importância que a mídia possui em nossa sociedade, como constataremos a seguir.

## **1 MÍDIA E PODER: O CONTROLE DOS DISCURSOS E A INSTAURAÇÃO DE IDEOLOGIAS**

Conforme Foucault (2009), em toda sociedade ocidental, existem procedimentos de controle do discurso tanto externos quanto internos. Fazem parte do primeiro tipo de procedimentos: a interdição, a separação ou rejeição e a vontade de verdade. A interdição é o princípio de exclusão mais evidente, pois restringe o discurso, uma vez que sabemos que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009, p. 9). Já a separação ou rejeição, é exemplificada pela oposição entre razão e loucura. O louco é aquele cujo discurso é impedido de circular como o dos outros, ora é visto sem valor algum de verdade, ora é definido como dotado por poderes. O terceiro princípio de exclusão, por sua vez, está centrado na oposição verdadeiro versus falso. Nesse sentido, Foucault (2009) infere que, desde a Idade Média, perpetua-se o discurso

verdadeiro pronunciado por quem tem direito, segundo um ritual requerido.

Quanto aos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, temos: o comentário, o princípio de autoria e a disciplina, visto que os discursos exercem seu próprio controle. Assim, estes princípios funcionam segundo os critérios de classificação, de ordenação e de distribuição do discurso. Partindo dessa premissa, se pode inferir que a mídia perpetua, socialmente, o controle dos discursos e instaura ideologias, as quais são determinantes para a construção da imagem que fazemos da nossa língua materna, assim como de seu ensino.

Sobre a mídia, Charaudeau (2007) observa que acreditamos que ele possui o papel primordial de informar, trazer a público o que ocorre no espaço social, comprometido com a verdade e transparência. No entanto, ela exerce um papel (auto)manipulador e deformador, na medida em que mostra os acontecimentos a qualquer preço, torna visível o invisível, seleciona o que é mais surpreendente, visando uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2009), pois é dessa maneira que atrairá telespectadores e terá credibilidade. Este autor adverte ainda que existe um ponto de vista ingênuo a respeito das mídias, quando aceitamos que a informação transmitida é transparente e íntegra. Assim, não levamos em conta: o tratamento da informação, que é o de transpor em linguagem os fatos selecionados; a polissemia, que são os vários sentidos que o texto pode despertar; a sinonímia, que são os sentidos aproximados; a polidiscursividade, carregada de valor referencial, enunciativo e de crença do receptor; e o jogo do dito e não-dito.

Nessa perspectiva, é necessário que conheçamos as fontes para verificar a validade da informação fornecida, já que a mídia faz uma seleção, um recorte do que lhe interessa, levando em consideração o não saber do receptor. Porém, muitas vezes temos somente a versão midiática, sem termos um verdadeiro contato com as fontes. Há de se observar ainda o fato de que o sentido não é dado antecipadamente, mas construído pela interação. Nesse contexto, observamos a mecânica de construção de sentido, que é a transformação e a transação. O primeiro consiste na descrição, o contar, o explicar; o segundo, na significação psicossocial proposta por quem fala e o efeito que se pretende produzir no outro.

Sobre o tempo, Charaudeau (2007) adverte que ele é um fator primordial para a transmissão midiática, já que há o desejo de veicular as notícias o quanto antes, por isso podemos afirmar que o discurso de informação midiática é efêmero e a-histórico. Ele é efêmero pelo seu caráter de brevidade, dura muito pouco, podendo ter uma duração maior se acrescentados novos fatos com carga de inesperado; e a-histórico, pois não dá importância nem ao passado nem ao futuro, ele se fundamenta no presente, na atualidade.

Charaudeau (2007) chama a atenção ainda para o fato de que as instâncias midiáticas têm a necessidade de serem as primeiras a veicular as notícias. No entanto, deve-se atentar para a credibilidade e veracidade da informação. Essa credibilidade pode ser afetada quando uma notícia não é confirmada posteriormente, pois pode ser uma falsa revelação. Assim, pode ocorrer a manipulação ou ampliação de um caso, como também a descontextualização, já que a notícia pode ser retirada de seu contexto de origem fazendo emergir novos e outros sentidos, como verificaremos com a destacabilidade e a sobreasseveração, noções cunhadas por Dominique Maingueneau (2008a, 2008b). Em seguida, discutimos tais noções, a fim de constatar como estes processos corroboram a instauração de sentidos diversos de um enunciado a depender da utilização feita pela mídia.

## 2 DESTACABILIDADE E SOBRESASSEVERAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE PERSUAÇÃO

Verificamos cotidianamente que em nossa sociedade circulam diversos enunciados curtos que são de fácil memorização, como os provérbios, os *slogans* etc. Tais enunciados são conhecidos como fórmulas, as quais possuem, segundo Maingueneau (2008a, p. 75), dois tipos de funcionamento: “[...] existem fórmulas que funcionam como enunciados autônomos e fórmulas citadas para marcar um posicionamento específico que se opõe implicitamente a outros”. Aquelas são de fácil retomada ao seu texto específico de origem e apreendidas em seu sentido imediato, enquanto estas representam uma condensação de um posicionamento estético, filosófico. Como exemplo do primeiro tipo de funcionamento, Maingueneau (2008a) nos remete às máximas heroicas (frequentes no teatro clássico francês do século XVII), as quais se caracterizam da seguinte maneira: são curtas, possuem um sentido completo, reutilizáveis e de fácil memorização. Em contrapartida, as fórmulas filosóficas representam o segundo tipo, já que funcionam como fórmula-chave, capazes de sintetizar uma determinada corrente do pensamento filosófico.

Sendo assim, diversos enunciados se mostram em seu texto de origem como destacáveis, porém, algumas vezes, enunciados que não se mostram destacáveis adquirem o estatuto de fórmula. Nessa perspectiva, Maingueneau (2008a) cunha a noção de sobreasseveração, a qual é caracterizada pelo destacamento de enunciados breves, localizados em uma posição em destaque do texto ou no interior do próprio texto, que servem como uma condensação semântica de tais enunciados. Como exemplo, temos os *slogans* utilizados comumente pela mídia televisiva e radiofônica, em especial pelos programas de informação, os quais retomam essas fórmulas intensamente. Este autor ressalta ainda que “é impossível determinar se esses *slogans* são assim porque os locutores dos textos de origem os quiseram assim, isto é, destacáveis, fadados à retomada pelas mídias, ou se são os jornalistas que os dizem dessa forma para legitimar seu dizer” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 82). Porém, sabemos que os jornalistas podem transformar qualquer sequência de um texto em *slogans*, a depender da manipulação imposta. Assim sendo,

[...] os locutores-origem se encontram, assim, com muita frequência, na posição de sobreasseveradores de enunciados que não foram formulados como tais nos textos. Produz-se, assim, um desacordo essencial entre o locutor efetivo e esse mesmo locutor considerado como sobreasseverador de um enunciado que foi destacado pela máquina midiática: esse sobreasseverador é produzido pelo próprio trabalho de citação (MAINGUENEAU, 2008a, p. 84).

Como podemos notar, o que é destacado de um texto pode ser manipulado de tal forma que não condiz com o texto de origem, pois aparece de forma descontextualizada. Consoante esse autor, podemos visualizar as sobreasseverações em textos veiculados pela mídia televisiva, *internet*, dentre outros suportes midiáticos, em que enunciados complexos, muitas vezes, são transformados em uma única frase, de forma generalizante e sentenciosa, provocando a emergência de sentidos diversos e não fieis ao texto de origem.

Nesse sentido, o destaque de um enunciado intensifica a necessidade de manter um *ethos* objetivo do aparelho midiático, ou seja, corroborar uma imagem de seriedade e transparência na manipulação dos enunciados, mas isso não visto, pois, geralmente, os sentidos das sobreasseverações não correspondem fielmente aos sentidos do texto de origem. Dessa maneira, temos enunciados destacáveis e enunciados destacados, sendo os primeiros passíveis de serem recortados e destacados a partir de uma marcação apropriada. Os segundos, por sua vez, não são essencialmente sequências de cunho destacável.

Maingueneau (2008a) estabelece ainda a distinção entre enunciados destacados autonomizados e não-autonomizados, os quais correspondem à sobreasseveração forte e à sobreasseveração fraca, respectivamente. Desta forma, os enunciados destacados autonomizados são aqueles que estão desvinculados do texto original, isto é, o texto de origem não é disponível aos leitores/ouvintes, a não ser que se faça uma pesquisa. Assim, “do ponto de vista do funcionamento das mídias, para os leitores, esse texto de origem não existe” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 88), uma vez que ele não está presente no momento da enunciação. Já os enunciados destacados não-autonomizados estão próximos do texto de origem, com o qual mantêm um elo, como podemos observar em títulos que, de alguma forma, estão contidos no corpo do texto de origem. Porém, essa proximidade não quer dizer que esses enunciados sejam mais fieis aos textos de origem do que os anteriores.

Portanto, o processo de destacabilidade acarreta a construção de uma imagem positiva ou negativa dos sobreasseveradores, isto é, dos locutores-origem, a depender do tratamento imposto pela mídia. Sendo assim, faz-se necessário esclarecermos o conceito de *ethos* discursivo, o qual provém dos estudos retóricos e é retomado pela Análise do Discurso, desde os anos de 1980, uma vez que construímos imagens dos interlocutores e do nosso referente em todo processo interativo.

### 3 ETHOS DISCURSIVO: DA RETÓRICA À ANÁLISE DO DISCURSO

Atualmente, muitos são os estudos que exploram a noção de *ethos* discursivo, já que sabemos, como enfatiza Amossy (2008), que todo ato de tomar a palavra e utilizá-la em um ato conversacional implica na construção de uma imagem de si. Segundo essa autora, o estudo do *ethos* origina-se nas reflexões retóricas de Aristóteles, o qual dizia que além de sabermos nos expressar perante o público temos que mostrar confiabilidade e honestidade, pois nosso discurso só será aderido enquanto tal e será instaurador de sentidos se obtivermos a confiança do auditório. Nessa direção, a imagem que fazemos de nós mesmos revela nossas intenções e preceitos acerca do que estamos nos referindo no discurso. Assim, o *ethos* não se constitui um discurso que é dito claramente, mas no que é mostrado no ato da enunciação.

Em meados dos anos de 1980, o francês Dominique Maingueneau (2008b) traz a noção de *ethos* discursivo para a Análise do Discurso, concebendo-a também em textos escritos (caráter não observado por Aristóteles). Segundo esse teórico, “o que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir [...]” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 138). Dessa forma, diante de um auditório, o orador pode enumerar diversas qualidades, porém deve transparecer portador de tais qualidades para que seu discurso seja considerado legítimo.

Assim, o caráter dialógico da língua influencia a construção do *ethos*, pois levamos em consideração fatores como: a imagem que se faz do Outro, a imagem que Outro faz do Eu, a imagem que o Eu e o Outro fazem do referente etc. Esse Outro, por seu turno, constrói um *ethos* pré-discursivo, ou seja, antes mesmo que o orador tome a palavra, o outro idealiza uma imagem pré-construída. E essa imagem tanto pode ser desfeita quanto intensificada ao se tomar a palavra, pois sabemos que o *ethos* está fundamentado nas representações valorizadas e desvalorizadas, ou seja, nos estereótipos. E, é a partir destes, que a enunciação se apoia e se constitui de valor.

Amossy (2008) e Maingueneau (2008a), ao abordarem o conceito de estereótipo, lembram que este é uma representação cultural preexistente, que modela a visão de si, do locutor e de sua plateia. Deste modo, o locutor situa seu discurso de acordo com seu público e suas características sociais, étnicas e políticas. Maingueneau (2008a, p. 65) acrescenta ainda que a incorporação de um *ethos* pelo ouvinte se dá num “mundo ético”, ou seja, por “um estereótipo cultural que subsume determinado número de situações estereotípicas associadas a um comportamento”. Logo, temos o mundo ético dos executivos, das celebridades etc.

A partir de tais constatações e discussões teóricas, verificaremos como a mídia veiculou o discurso do livro didático, observando os recortes feitos e a destacabilidade em função da construção de uma imagem positiva ou negativa deste manual.

#### 4 ENTRE O DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO E AS ABORDAGENS DA MÍDIA

O *corpus* do presente trabalho é constituído por duas matérias veiculadas na *internet* referentes ao livro didático de português *Por uma vida melhor*, cujos títulos são: “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”<sup>ii</sup> e “MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta”<sup>iii</sup>. Sendo que a primeira matéria foi disponibilizada no *site Portal IG*, no dia 12/05/2011, assinada por Jorge Felix e Tales Faria; já a segunda, difundida pelo *Jornal Nacional* e exposta no *site G1*, no dia 13/05/2011, coordenada pelo repórter Júlio Mosquera. Vale ressaltar que a escolha de tais matérias se justifica porque foram as primeiras a serem transmitidas pela mídia nacional e, conseqüentemente, o estopim para a propagação de matérias similares.

Ao analisar as duas matérias, percebemos que há uma grande disparidade de sentidos entre o texto do livro didático e as interpretações feitas pela mídia. No primeiro capítulo do livro didático *Por uma vida Melhor* (“Coleção Viver e Aprender”, destinado à Educação de Jovens e Adultos – EJA, de autoria de Heloísa Cerri Ramos *et al.*), intitulado “Escrever é diferente de falar”, os autores mostram que existem diferenças entre a língua falada e a língua escrita, isto é,

A língua escrita não é o simples registro da fala. Falar é diferente de escrever. A fala espontânea, por exemplo, é menos planejada, apresenta interrupções que não são retomadas. Além disso, conta com outros recursos, como os gestos, o olhar, a entonação. Já a escrita possui muitas convenções. Ela precisa ser mais contínua, sem os cortes repentinos da fala, e mais exata, porque geralmente não estamos perto do leitor para lhe explicar o que queremos dizer (RAMOS *et al.*, 2011, p. 11).

Os autores do manual didático deixam evidente que este capítulo é destinado à discussão das normas que regem a escrita, como o emprego do ponto, de pronomes, acentuação, concordância verbal/nominal, entre outras. Destarte, eles são claros ao afirmar: “Nesse capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta” (RAMOS *et al.*, 2011, p. 11). Eles não tratam a Língua Portuguesa como “pura” e homogênea, mas uma língua que possui diversas variantes, sendo uma culta e as demais populares: utilizadas em contextos menos formais, mas que são, muitas vezes, inferiorizadas, pois são tachadas como lugares de “erros” que prejudicam a norma padrão. No livro didático é enfatizado que:

[...] não há um único jeito de falar e escrever. A língua portuguesa apresenta muitas variantes, ou seja, pode se manifestar de diferentes formas. Há variantes regionais, próprias de cada região do país. Elas são perceptíveis na pronúncia, no vocabulário (fala-se “pernilongo” no Sul e “muriçoca” no Nordeste, por exemplo) e na construção de frases. (RAMOS *et al.*, 2011, p. 12).

Não há, então, a defesa de uma postura normativa e purista, que é ferrenhamente reforçada por gramáticos e lexicógrafos, os quais postulam em seus manuais a forma “correta” de falar e escrever. Nesse sentido, os autores visam a permuta do paradigma “certo” *versus* “errado” por “adequado” e “inadequado”. Ressaltamos que esta noção de língua composta por diversas variantes não é um marco exclusivo dos autores, pois já temos diversas discussões e trabalhos que apontam para esse fato, muitos estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil desde os anos de 1970 corroboram tal perspectiva, dentre os quais podemos destacar os de Possenti (1984, 1996, 2009a, 2009b) e de Neves (1990).

Os autores do livro didático asseveram que a língua é um instrumento de poder, instaurado entre dominantes e dominados, uma vez que “as classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização” (RAMOS *et al.*, 2011, p. 12). Dessa maneira, há a diferenciação entre “variedade culta” e “variedade popular”. Portanto, durante todo o capítulo, eles demonstram como utilizar os artifícios formais tanto na escrita, como nas situações orais que requerem um grau maior de formalidade. Porém, o que foi destacado pela mídia, em grande escala, foi a sequência de exemplos sem concordância que os autores utilizaram para exemplificar a “variante popular”, são eles:

*Os livros ilustrado mais interessantes estão emprestados.  
Os meninos pega o peixe.  
Nós pega o peixe.*

A mídia utilizou o capítulo de tal livro para propagar que os autores defendiam o ensino da variante popular, em detrimento da norma culta. Os próprios títulos dos artigos, que são os enunciados que se põem como porta de entrada ao texto, demarcam uma disparidade de sentidos entre o conteúdo do livro e o que é oferecido aos telespectadores. Ao afirmar que o “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado” (Portal IG) e “MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta” (G1), os artigos constroem e perpassam uma imagem negativa do livro, assim como do Ministério da Educação (MEC), pois é perpassado socialmente que devemos aprender as regras da gramática normativa na escola para alcançarmos o ideal postulado pela Tradição Gramatical. Logo, questionam-se: a capacidade dos autores – por serem professores de Língua Portuguesa, deveriam ser os “guardiões do bom falar/escrever”; e a política de escolha dos livros didáticos pelo MEC – como uma Instituição Federal pode dar aval à publicação e distribuição de um livro contendo sérios “erros” de português, ou pior, que ensina a falar “errado”?

Imediatamente, apaga-se toda a discussão que os autores do manual promovem sobre o uso “adequado” ou “inadequado” da língua a depender do contexto. Pois, pelo processo de *destacabilidade*, a mídia condensa diversas páginas de um livro em um único enunciado, ou seja, “um movimento argumentativo complexo, [...] com modulações do locutor, é então transformado em uma frase única, generalizante, uma espécie de sentença” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 87).

O paradigma entre o “certo” e o “errado” que o livro tenta quebrar é intensificado pela mídia, pois esta acredita que há uma forma “correta” de falar. Vale lembrar que a mídia está, em grande parte, a serviço das classes dominantes. Dessa forma, os sujeitos responsáveis pelos artigos são categóricos ao afirmar:

**Exemplo 1:** *O volume **Por uma vida melhor**, da coleção **Viver, aprender**, mostra ao aluno que **não há necessidade de se seguir a norma culta para a regra de concordância**. (Portal IG, **grifos nossos**)*

**Exemplo 2:** *A defesa de que **o aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta** está na página 14 do livro “**Por uma vida melhor**”. O Ministério da Educação aprovou o livro para o ensino da língua portuguesa a jovens e adultos nas escolas públicas. (G1, **grifos nossos**)*

Os autores destacam em suas publicações que no livro em questão está expresso que não há necessidade de seguir as regras de concordância para utilizar a variante padrão. Por conseguinte, podemos verificar a manipulação e a deturpação que a instituição midiática faz do conteúdo do livro, já que em nenhum momento os autores defenderam o ensino das variantes que não fossem padrão, como constatamos abaixo:

Um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana.

Como a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais, a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário (RAMOS *et al.*, 2011, p. 12).

Muitos leitores constroem uma imagem do livro, mesmo não tendo acesso ao texto original, pois creem que a mídia aborda os assuntos de interesse social de forma digna e transparente. Porém, os enunciados destacados estão desvinculados do texto original, o texto de origem não é disponível aos leitores/ouvintes, a não ser que se faça uma pesquisa. Destarte, os leitores tendem a formar uma opinião a partir do que é somente exposto pela mídia, sendo enfatizado o exemplo que não possui concordância:

**Exemplo 3:** *Ele apresenta a frase: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, com a explicação: “Na variedade popular, basta que a palavra ‘os’ esteja no plural”. “A língua portuguesa admite esta construção”. (G1)*

**Exemplo 4:** *Os autores usam a frase “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado” para exemplificar que, na variedade popular, só “o fato de haver a palavra os (plural) já indica que se trata de mais de um livro”. Em um outro exemplo, os autores mostram que não há nenhum problema em se falar “nós pega o peixe” ou “os menino pega o peixe”. (Portal IG)*

Diante de tais exemplos, afirmamos que autores do livro são marcados como *sobreesseveradores* em função das expectativas que a mídia deseja atingir: convencer a sua audiência que o livro didático não estaria cumprindo o seu papel de referência para a sociedade do que é “certo” e “errado”, construindo, assim, uma imagem negativa de tal manual. Em nenhuma das matérias está materializado que os autores do livro didático utilizam tais enunciados para

exemplificar, somente, as diferenças entre o contexto formal e o informal. Vejamos a explicação dos autores do manual didático para esta questão:

A concordância entre as palavras é uma importante característica da linguagem escrita e oral. Ela é um dos princípios que ajudam na elaboração de orações com significados, porque mostra a relação existente entre as palavras. [...] Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja: Os livros mais interessantes estão emprestados.

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variante popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta teremos: Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados (RAMOS *et al.*, 2011, p. 14-15).

Compreendemos, a partir deste excerto, que de toda a explicação dada pelos autores, somente uma frase foi destacada pela mídia. Também não é exposto nas matérias que no livro didático há a orientação de que é importante o domínio tanto da “variante padrão” como da “variante popular” para que possamos utilizá-las a depender da situação. Daí o cuidado dos autores ao afirmarem que os sujeitos que não utilizam a norma padrão em determinados contextos estão subordinados ao preconceito linguístico, o qual a mídia não acredita existir. Sobre preconceito linguístico a mídia abordou o assunto da seguinte maneira:

**Exemplo 5:** [...] Segundo os autores, o estudante pode correr o risco ‘de ser vítima de preconceito linguístico’ caso não use a norma culta. (Portal IG)

**Exemplo 6:** A orientação aos alunos continua na página 15: “Mas eu posso falar ‘os livros’?”. E a resposta dos autores: “Claro que pode. Mas com uma ressalva, ‘dependendo da situação a pessoa pode ser vítima de preconceito linguístico’”. (G1)

Ao utilizar as aspas, os autores das matérias incorporam um discurso de outro sujeito ao seu próprio discurso. Neste caso, eles utilizam a citação para mostrar que aquela afirmação é somente dos sujeitos *sobreasseveradores*. Ou seja, os autores dos artigos não concordam com o que está sendo exposto: acreditam que não existe o preconceito linguístico. Neste ponto, podemos nos remeter à instauração do português como língua legítima, pois na medida em que o uso das *línguas gerais* foi proibido no Brasil, há uma segregação entre aqueles que dominam o português daqueles que não o dominam. Dessa maneira, temos a divisão entre os “bons” e “maus” falantes, o mesmo ocorre atualmente com os usuários da dita “norma popular”. Consecutivamente,

[...] discriminar alguém com base em sua gramática ou sotaque é equivalente a discriminar alguém por critérios como raça e sexo [...] quando se nega a linguagem de alguém, é como se tais pessoas (ou tais grupos de pessoas) estivessem sendo considerados como não tendo sequer o direito à voz (POSSENTI, 2009a, p. 24).

Destacamos também que a mídia traz esse fato como se fosse algo sem precedentes, o que comprova o caráter efêmero e a-histórico (CHARAUDEAU, 2007) das notícias veiculadas pelo aparelho midiático, vejamos o exemplo abaixo:

**Exemplo 7:** Um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para quase

*meio milhão de alunos defende que a maneira como as pessoas usam a língua deixe de ser classificada como certa ou errada e passe a ser considerada adequada ou inadequada, dependendo da situação. (G1)*

Ao utilizar a sentença “Um livro de português...” o leitor que não tem conhecimento dos estudos linguísticos acredita que esta postura (permuta da dicotomia “certo” versus “errado” pela ideia de adequado ou não) está presente somente neste manual. No entanto, mesmo com a forte presença da Gramática Normativa nos estudos linguísticos desde a antiguidade, sabemos que estes possuem uma grande variedade de vertentes, como o funcionalismo, o estudo descritivo etc. Por fim, inferimos que a mídia alardeou uma discussão que já existia como algo novo, defendendo a postura dos gramáticos e puristas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos constatar, o tratamento dado às informações que circulam na mídia permite que o sentido de um texto seja transformado e, conseqüentemente, mal interpretado pelos leitores. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, só temos contato com as informações já manipuladas e recortadas de acordo com os interesses da mídia. Assim, existe um grande distanciamento entre o texto original e as matérias transmitidas. Por acreditar que a mídia transmite as informações na íntegra, muitos leitores não avaliam ou se questionam sobre a veracidade ou transparência das informações que lhes são oferecidas. Dessa maneira, propomos, no presente trabalho, averiguar em que medida a mídia utiliza-se da *destacabilidade* e da *sobreesseveração* para construir um *ethos* negativo do livro didático *Por uma vida melhor*.

A manipulação do conteúdo do livro em questão gerou uma série de discussões, uma vez que a mídia alardeou que havia, em suas páginas, a defesa do ensino das “variantes populares”. Dessa forma, tanto o livro, os escritores e o MEC foram alvo de comentários negativos, o que corroborou a construção de um *ethos* discursivo de fragilidade do MEC por aceitar a distribuição de tal livro; a de incapacidade dos autores, por estamparem orações sem concordância, em um livro didático de Português. Porém, ressaltamos, mais uma vez, que em nenhum momento os autores defenderam o ensino das “variantes populares” em detrimento da norma padrão; eles mostraram que existem diversas formas de utilizarmos a língua a depender do contexto em que estamos inseridos.

Portanto, o foco da discussão proposta pelos autores do livro didático foi alterado pela manipulação que a mídia fez dos enunciados. Conseqüentemente, observamos a instauração de sentidos e a perpetuação de uma ideologia, qual seja: o ensino pautado puramente nas normas da Gramática Normativa (ensino tradicional) em detrimentos da pluralidade linguística que existe. Por fim, reiteramos que a mídia delimita a nossa visão sobre a Língua Portuguesa, assim como da política, economia etc.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 9-28.
- AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.
- BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoleste, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008b. p. 69-92.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoleste, 1984. p. 31-39.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das letras, 1996.
- POSSENTI, Sírio. *Língua na mídia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.
- POSSENTI, Sírio. *Malcomportadas línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.
- RAMOS ET AL.. *Coleção viver e aprender: por uma vida melhor*. São Paulo: Editora global, 2011. p. 11-27.

- i Por conta da diversidade de definições dos termos enunciado e enunciação, destacamos que entendemos enunciado como um produto resultante de um processo interativo, como uma “unidade de comunicação, como unidade de significação, necessariamente contextualizado” (BRAIT; MELO, 2005, p. 63). Assim, uma mesma frase pode ser utilizada em inúmeros enunciados, mas terá sentidos diferentes, pois todo enunciado é único, isto é, acontece dentro de contextos específicos. Enunciação, por sua vez, é concebida como o processo pelo qual o enunciado emerge.
- ii Texto disponível em: <<http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>>. Acesso em: 08 nov. 2013.
- iii Texto disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/mec-defende-que-aluno-nao-precisa-seguir-algumas-regras-da-gramatica-para-falar-de-forma-correta.html>>. Acesso em: 08 nov. 2013.